

POVO LIVRE

ELEIÇÕES DIRETAS

PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS A PRESIDENTE DA CPN E
PROPOSTAS DE ESTRATÉGIA GLOBAL





LUÍS MONTENEGRO FORMALIZA RECANDIDATURA A PRESIDENTE DO PSD

Paulo Rangel, Inês Palma Ramalho e Rui Rocha formalizam, esta segunda-feira, na sede nacional, em Lisboa, a recandidatura de Luís Montenegro a Presidente da Comissão Política Nacional do PSD.

Os três representantes procederam à entrega ao Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, José Matos Correia, do termo de aceitação do candidato a Presidente do Partido, termo de aceitação do mandatário financeiro da candidatura, orçamento de campanha, assim como da proposta de estratégia global.

De acordo com o regulamento eleitoral, aprovado pelo Conselho Nacional de 8 de julho de 2024, "as candidaturas a Presidente da CPN devem ser subscritas por um mínimo de 1.500 militantes com capacidade eleitoral".

A eleição direta do Presidente do PSD realiza-se no próximo dia 6 de setembro de 2024, entre as 18h00 e as 23h00. O 42.º Congresso Nacional terá lugar em Braga nos dias 21 e 22 de setembro.

Compete ao Conselho de Jurisdição Nacional verificar as condições de legalidade e validar a candidatura, cabendo-lhe no seu todo as-

segurar a transparência, garantir a imparcialidade e fiscalizar a regularidade o processo eleitoral.



A photograph of Luís Montenegro, a Portuguese politician, celebrating with his arms raised in a V-sign and a peace sign. He is wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt. The background is dark and out of focus, suggesting a public event or campaign rally. The entire image has a blue color overlay.

ACREDITAR EM PORTUGAL

LUÍS MONTENEGRO 2024

PROPOSTA DE ESTRATÉGIA GLOBAL | ELEIÇÕES DIRETAS 2024





Índice:

1. Introdução	03
2. Governo para as pessoas	06
3. Portugal no bom caminho	10
4. PSD	24

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A realização do 42º Congresso do nosso PSD ocorre numa ocasião política muito singular.

Em primeiro lugar, acontece no culminar de um ciclo eleitoral inesperadamente intenso. Às projetadas eleições regionais na Madeira e eleições europeias, juntaram-se outras três eleições legislativas antecipadas, para o parlamento nacional e para as duas assembleias regionais.

Tendo vencido quatro desses combates eleitorais e ficando muito perto disso no quinto (as eleições europeias), **o PSD reergueu-se como o maior partido português.**

Esses resultados são responsabilidade de todos os militantes e dirigentes do partido, desde as estruturas locais e distritais até às estruturas regionais e nacional.

Ademais, eles ocorreram com uma nova realidade política, na qual o espaço político à nossa direita viu dois novos partidos alcançarem representatividade de mandatos em todos esses atos eleitorais.

Se observarmos, por exemplo, os resultados das eleições legislativas nacionais, esses dois novos partidos obtiveram 23% dos votos, o que tornou difícil um triunfo eleitoral diante de uma força política que governava dispendo de uma maioria absoluta conquistada escassos dois anos antes.

Subvalorizar os resultados do PSD e o caminho que os impulsionou só pode significar ou distração e superficialidade de análise ou a subestimação da grande força humana e cívica da nossa instituição e da resiliência e convicção dos seus militantes.

Nestes dois anos **crecemos em militância**, mas crescemos sobretudo na atração de muitos quadros de referência nas diversas áreas profissionais.

Crescemos na atração dos jovens, chamamos muitas personalidades independentes e de reconhecido mérito para a preparação de programas eleitorais e para as nossas listas para a Assembleia da República; **constituímos o Governo com mais mulheres desde sempre em Portugal.**

Este último dado e a sua completa ocultação em todos os quadrantes da opinião publicada dizem muito sobre os estigmas que ainda sobrevoam nos comentários sobre o PSD e, temos de assumir em autocrítica, dizem também alguma coisa sobre a inibição inexplicável do partido em esgrimir argumentos poderosos a seu favor.

O caminho de afirmação do PSD desenrolou-se no cumprimento dos compromissos assumidos na es-

tratégia aprovada e apresentada há dois anos no Congresso do Porto.

O partido **reergueu-se de baixo para cima**, andamos de terra em terra a chamar os mais dinâmicos da sociedade, **num contexto de interclassismo, proximidade, humanismo, liberdade e abertura.**

Juntámos muitas centenas de pessoas no Conselho Estratégico Nacional e no Movimento Acreditar.

O trabalho de proximidade e de reflexão política e doutrinária qualificou-nos e preparou-nos para **assumirmos a governação do País com tranquilidade e confiança.**

Vamos aprofundar este trabalho nos próximos dois anos, dinamizando o PSD enquanto fonte principal das políticas seguidas em todos os patamares de governo que estão sob a nossa liderança e responsabilidade.

Temos plena noção de que o Governo não deve confundir-se com o partido e partido não deve confundir-se com o Governo.

Não queremos e não iremos governamentalizar o partido nem partidizar o Governo.

Ambos convivem no respeito dos princípios da democracia de partidos em que vivemos e com o sentido de Estado e de supremacia do interesse nacional a que nos vinculamos sem qualquer reserva.

O ciclo de dois anos que agora se inicia corresponde às primeiras duas sessões legislativas do nosso mandato parlamentar e governativo e vai compreender dois importantes desafios eleitorais.

O primeiro, as eleições autárquicas já no próximo ano.

Também aqui cumprimos o trabalho que nos propusemos para que a próxima Comissão Política Nacional possa começar a tomar decisões desde a sua eleição e investidura no Congresso.

Temos muitos processos em fase adiantada de preparação e assumimos o **objetivo de tornar a colocar o PSD na liderança da Associação Nacional de Municípios (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).**

O segundo desafio são as eleições presidenciais de Janeiro de 2026.

Trata-se de uma eleição unipessoal, onde as candidaturas surgem da vontade individual das personalidades que se propõem a desempenhar a função de Presidente da República.

Sempre defendemos, portanto, que as candidaturas não devem nascer nos partidos, o que não quer dizer que os partidos as não possam apoiar e até estimular.

No caso do PSD, seguiremos a tradição de aguardar as disponibilidades eventuais de militantes do partido com apetência e qualificação pessoal e política para o cargo.

Estamos numa situação particularmente exigente, porquanto no final do mandato do atual Presidente cumprir-se-ão 20 anos de mandatos de militantes e antigos presidentes do PSD na Presidência da República.

No entanto, corre a nosso favor precisamente a forma como quer o Professor Aníbal Cavaco Silva quer o Professor Marcelo Rebelo de Sousa exercerem o seu magistério sem qualquer preferência partidária e com total imparcialidade e independência.

Há seguramente nos nossos quadros partidários, militantes com notoriedade e conhecimento profundo e transversal do país, das políticas públicas, das instituições democráticas e cívicas, da realidade geopolítica internacional, da nossa participação na Organização das Nações Unidas, na União Europeia, na Nato, na CPLP e em todas as plataformas internacionais em que intervimos. Personalidades que dão garantias de isenção e competência para cumprir as responsabilidades que a Constituição da República atribui ao mais alto magistrado da Nação.

Os portugueses terão seguramente uma opção apoiada pelo PSD mas necessariamente abrangente e merecedora da confiança de eleitores de outras áreas políticas ou sem vínculo de identidade política pré-definida. Uma candidatura dirigida a todos os portugueses sem exceção ou discriminação.

Da nossa parte, as eleições presidenciais serão totalmente alheias aos nossos governos locais, regionais e nacional e a participação do partido enquanto organização esgota-se na declaração de apoio que manifestará à personalidade que entendermos poder ser a mais bem posicionada para cumprir a função.



GOVERNO PARA AS PESSOAS

2.

GOVERNO PARA AS PESSOAS

Desde 2 de abril, com a tomada de posse do XXIV Governo Constitucional e, sobretudo, desde 12 de abril, com a investidura parlamentar, passaram pouco mais de 150 dias dos mais de 1600 dias que a legislatura terá até outubro de 2028.

Neste curto período de tempo, o Governo, com o apoio do PSD e do CDS, na coligação AD, mostrou **coragem para decidir e capacidade para fazer**. O Governo está apostado numa política reformista e transformadora de Portugal no plano social, económico e político. Portugal não podia esperar mais, depois de oito anos de inação socialista; não podíamos perder mais tempo! Foi esse o compromisso que assumimos com os Portugueses desde a primeira hora: ponderação e **determinação na decisão e foco na execução**. Com metas ambiciosas e com um propósito de serviço ao País e a cada uma das pessoas. Com sentido de urgência numa mudança necessária, mas com uma visão focada num horizonte geracional. Com ambição, realismo e determinação por um **País próspero, moderno, sustentável e justo**.

Iniciámos um processo de melhoria das condições de vida dos Portugueses, sobretudo dos que têm mais necessidades. **Aumentámos o Complemento Solidário para Idosos (CSI) de 550€ para 600€**, tendo como objetivo o aumento para 820€ até 2028, bem como a **eliminação da condição de recurso do rendimento** dos filhos no acesso ao CSI. Simultaneamente, **isentámos de pagamento de medicamentos os beneficiários do CSI**. Alargámos esta isenção de pagamento de medicamentos aos antigos combatentes.

As IPSS e instituições de solidariedade bem como as associações culturais, desportivas e ambientais são uma rede crucial de apoio aos mais desfavorecidos. No PSD, acreditamos na complementaridade destas instituições nesse apoio. Assim, além de estarmos a trabalhar

em medidas que permitam maior capacidade de resposta destas instituições, **aumentámos, para o IRS de 2024, a consignação do imposto de 0.5% para 1%**. Isto fará com que estas instituições vejam a sua dotação financeira aumentar em cerca de 30 a 40 milhões de euros em 2025.

A Saúde é indiscutivelmente, e compreensivelmente, uma das maiores preocupações dos Portugueses. Nos últimos oito anos assistimos a uma forte degradação do SNS, apesar do aumento significativo dos recursos públicos despendidos, que quase duplicaram. Assim, como prometido, **apresentámos em 60 dias, um plano de emergência e transformação para a Saúde**. Adotámos medidas para eliminar as listas de espera para cirurgias, consultas e exames complementares, dando prioridade aos doentes oncológicos. Quando iniciamos funções, havia cerca de 9mil cirurgias por realizar em doentes oncológicos. Desde então já foram operados mais de 20000 doentes, sendo que 90% destas cirurgias foram realizadas no SNS. Em agosto temos menos 15% doentes em lista oncológica do que em abril, demonstrando como estamos a operar e a responder melhor aos doentes com cancro. De salientar, que em abril, apenas 43% dos doentes acima do tempo de espera recomendado tinham as suas cirurgias agendadas. Em Agosto 100% dos doentes já têm a sua cirurgia agendada. Avançámos com medidas para melhorar o atendimento das urgências gerais e de obstetrícia e pediatria, bem como a criação da Linha de Saúde 24 Grávida. Além disso, temos vindo a implementar medidas para melhorar a retenção de médicos no serviço público e o aumento dos médicos de família. Também procedemos à criação de Centros de Atendimento Clínico urgente (atendimentos suscetíveis de se efetuarem fora das urgências hospitalares) nas regiões do Porto e Lisboa. É desta forma, em complementaridade com o setor social e privado, que se defende e melhora o SNS.

A escola pública é outra das nossas grandes preocupações e prioridades. A escola pública existe para os alunos e para a sua formação. O clima de paz social é essencial nas escolas e, por isso, anunciámos, ainda antes de ocorrerem eleições legislativas, que iríamos alcançar um acordo com os professores para a recuperação integral do tempo de serviço. A estabilidade e as condições que se dão aos professores é vital para garantir o sucesso dos nossos alunos e a normalidade da vida escolar. Mas não podemos continuar a ter, no início do ano letivo, alunos sem professores. Por isso avançámos com o programa "+Aulas, +Sucesso". Com medidas para reter e atrair professores, para melhorar a eficiência da gestão das escolas e para melhorar as condições de trabalho dos docentes. Apostámos também na recuperação do ensino dos contratos de associação, permitindo uma maior diversidade de oferta educativa, sobretudo nos territórios de baixa densidade, bem como uma aposta no ensino artístico e nas escolas profissionais.

Assegurar e resgatar o futuro do país é tratar dos nossos jovens, retendo e atraindo talento. Para tanto, propomos melhorar os seus rendimentos, através do IRS jovem, com uma taxa máxima de imposto de 15% (com exceção do último escalão), reduzindo para 1/3 a atual tributação de rendimentos do trabalho dos jovens até aos 35 anos. Temos bem presente que é também crítico para os jovens ter acesso a habitação acessível. Nesse sentido, aprovámos a isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira casa, permitindo uma poupança que pode atingir cerca de 15 mil euros. Adicionalmente, estamos a implementar uma garantia pública para que os jovens, na compra da primeira casa, possam financiar-se a 100% com crédito à habitação.

Desta forma, eliminamos o problema de liquidez na compra da primeira casa, que afeta muitos jovens em Portugal. Estamos também a aumentar a abrangência do Porta 65. Por outro lado, estamos a reforçar a oferta de camas no ensino superior, garantindo que o acesso à habitação não impede que os jovens possam estudar no ensino superior, e a aumentar as bolsas para trabalhadores-estudantes.

No entanto, a habitação não é um tema que afeta apenas os mais jovens, mas atinge a sociedade em geral. **Lançámos o programa "Construir Portugal"**, que visa aumentar a oferta de casas, que é o caminho crítico para reduzir o preço e tornar a habitação mais acessível. Entre outras medidas, avançámos com a disponibilização de imóveis públicos para habitação com renda/preço acessível, reforço do financiamento do PRR na construção de 26 mil fogos, reforço dos programas de subsídios de renda, extinção do arrendamento coercivo para fomentar a oferta e o fim da CEAL (contribuição extraordinária para o alojamento local).

Portugal enfrenta um desafiante e difícil inverno demográfico. Com vista a criar condições para o fomento da natalidade, **procedemos ao alargamento das creches gratuitas do setor privado.** Mas o problema demográfico não se resolve só com a natalidade. É preciso reforçar a componente migratória. Temos de saber beneficiar de uma imigração regulada, por contraponto ao descontrolo e as "portas escancaradas" da política dos últimos anos, que não beneficia nem os Portugueses nem aqueles que procuram no nosso país um futuro melhor. **Atrair Capital Humano é fundamental para a economia portuguesa,** mas de forma direcionada às necessidades das nossas empresas. Para isso, extinguímos o designado procedimento de Manifestações de Interesse, reforçámos os meios da AIMA e a criámos uma unidade na PSP para controlo de fronteiras, tudo com vista a assegurar a regulação da imigração.

Nos últimos anos, gerou-se em Portugal, por ação e inação do anterior governo socialista, um clima de crispação e falta de diálogo em muitos setores da Administração Pública. Apostámos, por isso, em reestabelecer as vias de diálogo, com vista à concertação com largos espectros da nossa sociedade. Nesse sentido, celebrámos acordos que se podem dizer históricos. **Além do acordo com os professores,** alcançámos também acordos, com valorizações salariais muito significativas, **com as Forças de Segurança, os Guardas Prisionais, os Oficiais de Justiça e os militares das Forças Armadas.**

Lançámos a primeira fase da reforma da Administração Pública, com a mudança (que será terminada em 2026) de grande parte do Governo e mais de 70 organismos para o novo Campus XXI (antiga sede da CGD), bem como a fusão das Secretarias-Gerais na Secretaria-Geral do Governo. Pretendemos avançar com uma reforma profunda das estruturas dos ministérios, a ser concretizada até meados de 2025. Mas também uma mudança cultural e organizacional na forma de funcionamento da Administração Pública, visando maior eficiência, melhor qualidade e reduzindo desperdícios na despesa pública. Retomámos a obrigatoriedade de todos os serviços públicos passarem a ter atendimento sem marcação.

Para uma Democracia saudável é indispensável uma Justiça que zele pela transparência e integridade e que assegure agilidade e celeridade. Para isso, avançámos com uma agenda anticorrupção, regulamentando o lobby e cuidando da simplificação processual, com o reforço do poder do juiz e a aplicação de novas tecnologias, entre outras medidas. Também propusemos criar um novo mecanismo de perda alargada de bens. Aprovámos um novo Código de Conduta do Governo.

A história e cultura portuguesa são fundamentais na afirmação e projeção da nossa identidade nacional como povo e país. Desta forma, iniciámos a celebração dos 500 anos do nascimento do nosso maior poeta, Luís de Camões. Uma comemoração completamente ignorada e esquecida pelo anterior governo. Repusemos os símbolos nacionais na imagem do governo. E iniciámos já o alargamento da oferta cultural e da **gratuidade no acesso aos museus e monumentos.**

Num mundo globalizado, em que Portugal se afirma como uma plataforma de economia, de conexão de pessoas e empresas e de criação de valor acrescentado nacional, as decisões sobre infraestruturas são críticas. **Decidimos**, após 50 anos de debate e discussão, **a localização do Novo Aeroporto de Lisboa** e as obras de ampliação e melhoria do aeroporto da Portela. Também **tomámos**, em simultâneo, **a decisão da 3ª Travessia do Tejo e da ligação em alta velocidade Lisboa-Madrid.**

Demos início a um processo de **forte redução da carga fiscal.** Propusemos no Parlamento uma **redução adicional de IRS para 2024, abrangendo todos os escalões de rendimento, com exceção do último.** Uma redução de IRS que privilegiava a classe média, fustigada com impostos e taxas. Além do **IRS Jovem e da isenção de IMT e Imposto de Selo para os jovens até aos 35 anos**, continuaremos a reduzir a carga fiscal das famílias no IRS, seja com a atualização dos escalões à taxa de inflação, seja pela redução das taxas até 2028.

Lançámos um vasto programa de medidas que visa criar as bases de um crescimento sustentável e duradouro da nossa economia. A economia portuguesa tem um desafio de aumentar a produtividade e ter maior competitividade. A economia só pode crescer e pagar melhores salários com mais investimento e exportações. Com esse propósito, procurámos desenhar instrumentos para responder ao ganho de escala das nossas empresas, a aceleração da inovação, à captação de talento, bem como à capitalização e reindustrialização do nosso tecido empresarial, que são a chave da internacionalização e da captação de investimento da economia portuguesa.

Adotámos medidas como a **redução do IRC de 21% para 15% até 2027**, o reforço do SIFIDE, o alargamento do IVA de caixa, a regulamentação do IFICI (atrair Capital Humano altamente qualificado que está no estrangeiro) e o **compromisso, até final da legislatura, de o Estado pagar aos fornecedores a 30 dias.** A aposta na inovação passa, nomeadamente nas PME, passa muito pela criação de condições para atrair e reter investigadores, docentes e doutorados em âmbito empresarial.



**PORTUGAL NO
BOM CAMINHO**

3.

PORTUGAL NO BOM CAMINHO

*“Lá para onde o sol sai /
descobrimos, navegando,
um novo rio admirando¹”*

O XXIV Governo está a cumprir. Sanámos, num curto espaço de tempo, conflitos sociais que estavam há oito anos a dilacerar a sociedade portuguesa. Resolvemos perceções de injustiça que não paravam de aumentar. Pusemos cobro a problemas que outros nos legaram. Descrispámos o ambiente político e social. Encetámos negociações com os parceiros sociais, num quadro de respeito e de lealdade institucional. Começámos a devolver rendimentos aos cidadãos, reduzindo a carga fiscal das famílias. Também começámos a reduzir a carga fiscal sobre as empresas e o investimento e a poupança. E iniciámos um conjunto de reformas estruturais, fundamentais para tornar a nossa economia mais competitiva e gerar maior crescimento económico. Por fim, procurámos atender, com sensatez e espírito de diálogo, aos problemas reais que afetam as suas vidas. Honrámos a nossa palavra.

Tivemos de responder a problemas urgentes, mas temos consciência de que é preciso fazer mais. Aquilo que demorou anos a definir não pode ser resolvido de rompante. Fiéis à nossa matriz social, popular e democrática, assumimos como missão criar uma sociedade mais justa, mais solidária e com melhores condições de vida para todos. Precisamos de olhar para o futuro com ambição e esperança; com rasgo, determinação e vontade de mudar.

Esta nossa missão aponta a cinco grandes objetivos e rege-se por cinco pilares estratégicos.

■ ¹ Camões, L. V., in *Vós, que minha liberdade* (Redondilha)

5 GRANDES OBJETIVOS



1. Economia moderna, competitiva, aberta, flexível e de valor

*“É baixeza aceitar pouco /
Quem tanto vos merecia²”*

Precisamos de criar condições para uma economia moderna, competitiva, com elevada produtividade e de elevado valor acrescentado nacional. Só com verdadeiro crescimento económico é possível gerar a riqueza necessária para melhorar os empregos, subir os salários, cumprir a justiça social, salvar os serviços públicos e proporcionar aos jovens um futuro digno e feliz em Portugal. Só com verdadeiro crescimento económico é possível reativar o elevador social e deixar aos nossos filhos um país melhor do que aquele que recebemos.

A nossa visão para a economia e para as empresas terá de continuar a ser marcada por um espírito ambicioso e inconformado. O turismo é essencial para o equilíbrio da balança comercial, para a promoção do país e para reabilitação do património, pelo que é uma área que terá sempre de merecer especial atenção e cuidado. Mas há que olhar para o setor secundário e operar políticas capazes de estabelecer as bases para uma indústria forte, de valor acrescentado, que nos faça inverter o rumo de empobrecimento pantanoso para o qual a governação socialista nos atirou. Para isso, fugiremos das fórmulas – já tão testadas e sempre fracassadas – de orientação e dirigismo estatal do investimento. Para que a economia cresça, é preciso que o Estado a deixe crescer. Continuaremos a trabalhar pela diminuição de barreiras à internacionalização, pela simplificação burocrática e pela redução dos custos de contexto, pelos incentivos à escala, pela promoção do empreendedorismo e pela facilitação do acesso a financiamento. Além disso, prosseguiremos no caminho das reformas estruturais: no sistema fiscal, na concorrência, na Justiça,

nos serviços públicos, na legislação laboral e ambiental, na energia.

É importante, por outro lado, reforçar a articulação entre a investigação científica e tecnológica e o tecido empresarial. Universidades, politécnicos, centros de investigação e empresas devem construir novas sinergias, que promovam o emprego jovem, que fomentem o desenvolvimento e que ponham o conhecimento e o talento ao serviço do país e do bem comum.

Da nossa visão para uma economia moderna e desenvolvida, nunca poderá deixar de fazer parte o setor primário: o campo, as florestas, o mar. Não existe verdadeiro desenvolvimento económico sem uma visão integrada do território. Portugal precisa de produzir mais e melhor, fazendo uso de todas as suas potencialidades. Por isso, não esqueceremos os agricultores, os pescadores e os silvicultores, tantas vezes, na história recente, injustamente vistos como entraves ao desenvolvimento do país. Temo-los, ao invés, como os verdadeiros guardiões da coesão territorial, da economia verde e do equilíbrio dos ecossistemas. Também neste sentido é crucial não desperdiçar e executar de forma séria e eficiente os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Eles constituem uma oportunidade única para o país: a de oferecer à sociedade civil as condições necessárias para poder colocar a criatividade ao serviço do desenvolvimento económico e social de Portugal. Mas, para que essa imaginação social floresça, há que apoiar as famílias e as comunidades locais, devolvendo às pessoas um horizonte de realização.

■ ² Camões, L. V., in *Se me não tornais a mim* (Redondilha)



2. Apoiar as famílias e as comunidades locais

"Mas ó tu, terra de Glória, (...) como me lembras na ausência?"³

Temos claro que as famílias, as associações locais, as IPSS, as forças vivas da sociedade civil e as autarquias não são adversárias, mas parceiras do Estado central na construção do bem comum. Tudo quanto possa ser resolvido junto das pessoas, por quem conhece os problemas concretos e as realidades locais, não deve ser assumido pelo Estado central. Não é uma visão consensual entre os partidos do nosso regime, mas é para nós inegociável o princípio de que têm de ser as pessoas, e não as ideologias, a guiar a resposta que damos aos problemas. É, por isso, nosso compromisso estabelecer relações de cooperação e nunca de desconfiança com os vários agentes da sociedade, contribuindo para preservar e promover os corpos intermédios e a participação de todos na construção de um futuro comum. O esforço heróico e altruísta em que milhares de pessoas incorrem, todos os dias, no terceiro setor e no setor social, e que garante muita da coesão social do nosso país, não pode passar despercebido a quem tem a responsabilidade de liderar os destinos da nação. Queremos continuar a dar sinais concretos da importância que lhes reconhecemos, tal como fizemos logo nos primeiros dias de Governo, quando duplicámos a consignação do IRS de 0,5% para 1% às IPSS.

Os compromissos ambientais que Portugal tem assumido perante a comunidade internacional têm de ser levados a sério, e a concretização desses compromissos passa muito por respostas locais. Além da transposição de diretivas europeias, da implementação de recomendações internacionais ou do desenvolvimento de políticas por parte do Administração Central, temos a convicção de que a verdadeira política ambiental começa nas comu-

nidades locais. O ambiente não é uma abstração etérea e distante. É território; é qualidade dos solos e dos aquíferos; é preservação da paisagem e das espécies vegetais e animais; é combate à poluição atmosférica e sonora; é gestão dos resíduos e parcimónia no uso dos recursos. Temos claro, por isso, que é preciso pensar globalmente e agir localmente. É fundamental capacitar as comunidades para assumirem a responsabilidade pelo ambiente que lhes pertence. Só promovendo uma ligação profunda de cada cidadão com a sua terra, conseguiremos sensibilizar para a preservação do património natural e para a implementação de boas práticas de sustentabilidade.

Na imigração, honramos a nossa tradição – tanto de povo aberto aos vários mundos que por cá se cruzaram, como de povo voltado para fora, que tantas vezes foi buscar a outros territórios aquilo que não encontrava no solo pátrio. Mas sabemos que a imigração desregulada, sem controlo e planeamento, pode ter impactos perversos em vários territórios – tanto em zonas urbanas, como suburbanas; tanto no interior como no litoral rural. Pode, ademais, abrir portas ao tráfico de seres humanos e relegar os imigrantes para os abismos da miséria, da exclusão social e da vulnerabilidade à exploração. É necessário, portanto, pensar uma política de imigração focada na integração, na previsibilidade legal e na adequação aos nossos valores comuns. A base de uma política de integração deve ser sempre objeto de discussão com as autarquias e associações locais, que conhecem bem as suas terras e as oportunidades que têm para dar a quem procura, no nosso país, um futuro melhor.

■ ³ Camões, L. V., in *Sóbolos rios que vão* (Redondilha)



3. Devolver às pessoas um horizonte de oportunidades de realização, desbloquear o elevador social

“Fez-me deixar o pátrio ninho amado⁴”

Apoiar as pessoas significa devolver-lhes a capacidade de decidirem sobre as suas próprias vidas. Isto implica, desde logo, reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Os governos socialistas que nos precederam ficaram marcados pela mais elevada carga fiscal de que há memória, ainda para mais, em anos de contexto económico internacional favorável. Aliviar a asfixia fiscal dos portugueses e garantir que têm mais salário disponível é um dever que nos impomos – a discussão sobre a descida do IRS que lançámos no Parlamento logo nos primeiros dias de Governo é demonstrativa dessa nossa preocupação.

Por outro lado, continuaremos empenhados em resolver a grave crise de habitação que herdámos, e que não possibilita a muitos Portugueses acederem a habitação a preços acessíveis e impede tantos jovens de começarem a sua vida autónoma. Para isso, queremos expandir a oferta, trazendo para o mercado centenas de imóveis devolutos que pertencem a entidades públicas, e simplificando processos de licenciamento para aumentar o ritmo da construção. Também aprovámos a isenção de IMT e de Imposto de Selo para a compra da 1ª habitação para jovens até aos 35 anos e estamos a finalizar a criação de uma garantia pública para essas aquisições. Para nós, é claro que o problema da habitação não pode ser desligado de outros, muito sérios, como o declínio da natalidade e a falta de coesão do território. Queremos dar condições aos jovens para se manterem no nosso país, com liberdade para cumprir o seu projeto de vida, porque isso é essencial para o futuro de Portugal.

Falar do futuro também significa falar de natalidade. Para nós, é prioritário incentivar e apoiar as famílias que decidam ter mais filhos. Que uma pessoa tenha de decidir entre ter mais um filho e subir na carreira; entre ter mais um filho e viver numa casa condigna; entre ter mais um filho e não ter problemas sobre onde deixar os filhos para ir trabalhar, são situações para as quais os agentes políticos se têm de focar em arranjar solução.

Por fim, há que travar a fuga de talentos e garantir que o capital humano é aproveitado ao máximo. Não podemos pôr os nossos jovens a escolher entre uma vida lá fora, onde possam trilhar uma carreira de sucesso, no domínio de atividade para a qual têm melhores aptidões; e uma vida cá dentro, a fazer o que os não realiza, a fim de poderem ter uma vida com os mínimos de subsistência no país onde vivem os pais e os avós.

■ ⁴ Camões, L. V., in *Lusíadas*, Canto X

4. Capacitar o Estado Social para os desafios do presente e do futuro

*“Cura tão bem acertada /
Que podereis ser curada⁵”*

Capacitar o Estado Social, preparando-o para os desafios do presente e do futuro, engloba tanto a componente das prestações sociais, como a dos serviços públicos. Quanto à primeira parte, é preciso melhorar as pensões, sobretudo as mais baixas, e reforçar as restantes prestações sociais, nomeadamente as que acodem a situações de pobreza extrema nas famílias e nas crianças. Foi esse o princípio que nos moveu quando aumentámos o Complemento Solidário para Idosos, ou quando proporcionámos o acesso a medicamentos gratuitos, e é esse o princípio que continuará a guiar a nossa ação.


Daremos especial atenção às situações de pobreza energética e desenharemos uma nova geração de políticas de incentivo à natalidade e à vida familiar. Políticas que cuidem do bem comum e do bem de cada pessoa, e não que se baseiem na marginalização dos mais desfavorecidos, na tribalização da sociedade ou na exploração das clivagens sociais para ganho político.

Empenhar-nos-emos, ao mesmo tempo, em melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, com especial foco na saúde, na educação e nos transportes. Foram demasiados anos de socialismo para que o Estado Social pudesse ter resistido. O esforço que tem sido feito para reduzir listas de espera, avançar com cirurgias em atraso, abrir centros que possam dar maior vazão à afluência às urgências é demonstrativo da rapidez de resposta que os problemas no funcionamento do Sistema Nacional de Saúde (SNS) impunham. Há que continuar e acelerar este caminho de salvação do nosso SNS.

Na educação, queremos caminhar para uma maior autonomia das escolas, com projetos educativos diferenciados e mais autonomia de contratação, em diálogo com as comunidades locais e com as famílias. Queremos justiça salarial para os professores e por isso chegámos a um acordo para a reposição do tempo de serviço. Continuaremos a trabalhar para que os docentes sejam respeitados e socialmente valorizados. Não se constrói uma escola pública de excelência sem professores excelentes. É crucial, por isso, que consigamos atrair os melhores para a docência. Ao mesmo tempo, é necessário cultivar nas escolas uma cultura de exigência, de ordem e de desenvolvimento integral dos alunos, invertendo o desaire socialista plasmado na última edição do Programa PISA, da OCDE.

Para a revitalização da economia, para a sustentabilidade ambiental, para a coesão territorial do país e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, reformar o setor dos transportes afigura-se como indispensável. Neste sentido – e para além de um novo aeroporto de Lisboa que possa suportar a procura aérea que existe e existirá na região centro do país – a ferrovia (quer seja ou não de alta velocidade) deve assumir um papel central – para podermos exportar mais, para acelerar a descarbonização, para ligar o interior ao litoral, para inserir Portugal no mapa da rede ferroviária europeia.

■ ⁵ Camões, L. V., in *É muito para notar* (Redondilha)



5. Instituições fortes e um Estado próximo dos cidadãos

“Sustentava-se a pátria (...) nos conselhos seguros e nas leis⁶”

Para fortalecer o Estado nas suas funções soberanas, robustecer as instituições democráticas e aumentar a ligação entre o Estado e os cidadãos, é imperativo modernizar e melhorar a Administração Pública, para tornar o Estado mais eficaz na defesa dos seus interesses, para simplificar e desburocratizar a vida das pessoas, para aproximar os serviços públicos da casa dos portugueses. Estamos, ao mesmo tempo, comprometidos a concretizar gradualmente a reforma da Administração Pública Portuguesa. É uma missão de enorme dimensão e complexidade, a fazer acontecer passo a passo. Porque cada euro que se poupa em maior eficiência e mais produtividade é um euro que poupamos aos contribuintes. O dinheiro público não é dinheiro do Estado, é dinheiro dos portugueses.

Mas também é preciso levar a cabo uma reforma da Justiça, em diálogo com os agentes do setor, com os partidos políticos e com a sociedade civil, para conseguirmos melhorar os prazos e reconstruir a confiança dos cidadãos no sistema judicial.

Na Defesa, assumimos o compromisso de aumentar o investimento militar para os 2% do PIB até 2029. É uma meta exequível e necessária, numa época em que a instabilidade internacional cresce e as ameaças se multiplicam. Continuaremos, ao mesmo tempo, a pugnar por um país aberto, que defende o projeto europeu, o atlantismo e o multilateralismo e que aprofunda as relações com os países de língua portuguesa.

Na imigração, temos de continuar a devolver confiança. Confiança aos que chegam, para que não venham ao engano, atraídos por promessas vazias, sem trabalho garantido ou integração assegurada. E confiança aos que já cá estão, garantindo-lhes segurança, assegurando-lhes que prezamos pelos nossos valores comuns e que não compactuaremos com redes de tráfico e exploração humana.

Queremos uma política cultural com sentido, que reduza o hiato entre o Estado e os cidadãos e que suscite nos portugueses a consciência de um projeto comum do qual todos fazemos parte. Não alinhamos em discursos divisionistas, que pretendem voltar portugueses contra portugueses – novos contra velhos, urbanos contra rurais, ricos contra pobres, imigrantes contra autóctones. Celebramos o centenário de Carlos Paredes, mas também os 500 anos de Camões e Vasco da Gama. Comemoramos os 50 anos de Abril, mas também os 50 de Novembro. Temos os olhos postos nas promessas do futuro, mas também valorizamos o passado. É honrando os nossos antepassados que construiremos um Portugal novo para as novas gerações.

■ ⁶ Camões, L. V., in *Lusíadas*, Canto IV

5 PILARES ESTRATÉGICOS

1. Um País mais eficiente, que cobra uma menor carga fiscal. Um país mais justo e solidário, que combate as desigualdades sociais e territoriais. Um país com melhores serviços públicos, que protege os mais vulneráveis

“Ditoso quem se partir / para ti, terra excelente”⁷”

Os portugueses escolheram-nos para, com eles, construirmos um futuro melhor, e não podemos desperdiçar esta oportunidade. O nosso compromisso é construir um país que erradique as desigualdades sociais e territoriais, proteja os mais vulneráveis e garanta a qualidade dos serviços públicos, enquanto promove a coesão social e incentiva a participação cívica. Este é um projeto que requer determinação, coragem e uma visão clara de futuro.

Portugal é um país com uma carga fiscal pesada, sucessivamente agravada pela governação socialista da última década. Esta realidade tem sido um entrave ao crescimento económico, à retenção de talento e ao incentivo ao trabalho e à inovação. É possível aliviar esta carga, mantendo ao mesmo tempo a sustentabilidade das nossas finanças públicas.

Para alcançar este objetivo, propusemo-nos levar a cabo uma série de medidas: continuaremos a reduzir as taxas marginais de IRS para os contribuintes até ao 8º escalão. Queremos aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, especialmente para os jovens e para a classe média, promovendo assim um maior incentivo ao esforço e à produtividade. Propomos a isenção de contribuições e impostos sobre prémios de desempenho até ao limite de um vencimento mensal, medida que pretende incentivar o mérito e o brio profissional dos trabalhadores, e a produtividade das empresas. Propusemos a criação de um IRS Jovem, com uma taxa máxima de 15% de imposto, com exceção do último escalão, para os rendimentos de trabalho para jovens até aos 35 anos.

É também imperativo reconhecer que o trabalho digno e a competitividade são pilares fundamentais para a construção de um país mais justo. O nosso mercado de trabalho, frequentemente ca-

racterizado por salários baixos e produtividade limitada, precisa de uma reforma profunda. Devemos apostar em políticas que não só elevem o salário mínimo para os 1.000 euros até 2028, mas que criem também condições para que o salário médio atinja os 1.750 euros até 2030, sustentado por ganhos reais de produtividade. Isto não se fará sem um diálogo social robusto e renovado, que valorize a concertação social e a participação ativa de todos os parceiros.

A eficiência do Estado não se mede apenas pela sua capacidade de arrecadar impostos, mas sobretudo pela qualidade dos serviços que presta aos cidadãos. Para nós, o dinheiro dos contribuintes é sagrado. Ao Estado cumpre um profundíssimo respeito por cada euro que coleta em impostos. Não há dinheiros públicos, apenas dinheiro dos contribuintes. Pelo que importa garantir que os portugueses tenham acesso a serviços públicos de excelência.

A simplificação e a desburocratização do Estado são fundamentais para melhorar a eficiência dos serviços públicos. Iremos implementar a digitalização integral dos processos administrativos, para reduzir a necessidade de papel e aumentar a transparência e a rapidez na resposta aos cidadãos. A criação de um “Ponto Único de Entrada” para licenciamentos complexos é uma das medidas que permitirão agilizar e simplificar a relação entre os cidadãos e o Estado. Um Estado forte é um Estado ágil, próximo e moderno.

A inovação e a formação profissional são igualmente cruciais. Num mundo cada vez mais digital, Portugal deve liderar a transição para a Economia 4.0, através de um sistema de formação profissional que esteja alinhado com as exigências do mercado de trabalho contemporâneo. A formação contínua, a requalificação e o apoio à transição entre empregos são essenciais para assegurar que ninguém fica para trás. O foco deve estar na criação de oportunidades de emprego para os jovens, evitando a fuga de cérebros e garantindo que Portugal seja um país onde o talento se mantém, cresce e floresce.

A proteção dos idosos e a promoção de um envelhecimento digno são, por outro lado, outros pilares fundamentais desta agenda reformadora. Com uma das populações mais envelhecidas da Europa, Portugal enfrenta o desafio de garantir que os nossos idosos possam viver com dignidade e qualidade. Para isso, propomos um reforço significativo do Complemento Solidário para Idosos, com um valor de referência de 820 euros até 2028, e o desenvolvimento de novos modelos de apoio que permitam aos idosos permanecer nas suas casas e comunidades pelo maior tempo possível. A promoção de cidades amigas do envelhecimento, a expansão dos serviços de teleassistência e o combate à solidão são outras medidas que contribui-

■ ⁷ Camões, L. V., in *Sóbolos rios que vão* (Redondilha)

rão para uma sociedade mais inclusiva e solidária. Para cada um destes desígnios, contamos sempre com o contributo das autarquias, das associações locais e, sobretudo, das famílias. Quem está no terreno, junto dos problemas e junto das pessoas, está especialmente qualificado para responder.

A Saúde é uma prioridade máxima. Iremos continuar a investir no Serviço Nacional de Saúde (SNS), melhorando o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde. A reforma da governação do setor da saúde incluirá a descentralização de competências e a implementação de um novo modelo de financiamento que premeie a eficiência e os resultados clínicos. A aposta na digitalização dos serviços de saúde será reforçada, garantindo uma maior acessibilidade e transparência.

No campo da segurança social, o nosso objetivo é construir um sistema mais justo, inclusivo e sustentável. A reforma do sistema de pensões, a simplificação das regras de acesso aos apoios sociais e a criação de um Suplemento Remunerativo Solidário são passos fundamentais para garantir que nenhum português seja desconsiderado. A Segurança Social deve ser uma verdadeira rede de proteção, capaz de apoiar os mais vulneráveis e de promover a equidade inter-geracional.

Também a política de apoio à família deve ser uma prioridade clara. A natalidade em Portugal é preocupantemente baixa, e é essencial criar condições que incentivem as famílias a crescer. O alargamento do programa de creches gratuitas, a criação de benefícios fiscais para empresas que apoiem a maternidade e paternidade, e a valorização do Cuidador Informal são algumas das medidas necessárias para atingirmos um maior equilíbrio entre a vida profissional e familiar, assegurando que todos os portugueses possam ter uma vida plena.

A educação é o alicerce para a construção de um futuro mais próspero. Vamos investir na modernização das escolas, no reforço da formação dos professores, numa maior autonomia das comunidades educativas, numa maior exigência de avaliação dos alunos e na valorização dos docentes. Além disso, iremos, através de parcerias com autarquias e parceiros privados e sociais, garantir a gratuidade das creches e alargar esta medida ao pré-escolar, assegurando que todas as crianças, sem qualquer discriminação, tenham acesso a uma educação de qualidade desde cedo.

Transversalmente, a inclusão e o combate à discriminação devem ser centrais nas nossas políticas. A valorização das pessoas com deficiência, bem como a promoção da inclusão social e cívica dos imigrantes, são essenciais para construir uma sociedade em que todos têm lugar. Um país mais justo é um país onde todos os cidadãos, independentemente da sua circunstância, podem participar plena e livremente na vida económica, social, cultural e política.

O nosso compromisso é claro: construir um Portu-

gal mais justo, solidário e coeso, onde a dignidade da pessoa humana é o centro de todas as decisões. Este é o desafio que abraçamos, com audácia, ambição e um profundo sentido de responsabilidade para com as gerações presentes e futuras.

2. Um País mais rico, inovador e competitivo, que investe na educação, na ciência, na tecnologia e na cultura, que estimula a criatividade e o empreendedorismo, que valoriza o tecido produtivo nacional e que reforça a sua capacidade exportadora e a sua integração nas cadeias de valor globais

“Cantando espalharei por toda parte, se a tanto me ajudar o engenho e arte”⁸

Virada a página da estagnação, Portugal precisa agora de um novo rumo que seja capaz de nos projetar para um futuro de prosperidade, inovação e maior justiça. O desafio que se coloca é audacioso: transformar o nosso país num lugar em que a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura não são apenas prioridades, mas sim os pilares sobre os quais construímos uma sociedade mais próspera, dinâmica, solidária e sustentável. O progresso económico e social de Portugal passa inevitavelmente por uma aposta firme nestas áreas, reforçando o talento nacional e fortalecendo a nossa capacidade exportadora.

A educação, alicerce de qualquer país, tem de ser resgatada da apatia, do desinvestimento e das más opções a que foi sujeita nos últimos anos. A qualidade do ensino e a equidade no acesso são condições sine qua non para um país que ambiciona ser competitivo a nível global. É fundamental modernizar o sistema educativo, adaptando-o aos desafios do século XXI, dando maior autonomia às escolas e comunidades educativas, promovendo um currículo exigente e flexível, reverter a irrelevância crescente que tem vindo a querer ser atribuída aos exames nacionais e às principais disciplinas transversais (como o Português e a Matemática) e cultivando o ensino das humanidades e das artes. Só assim podemos assegurar a cada criança e a cada jovem que são eles o centro da nossa preocupação e da nossa ação. Só assim podemos

■ ⁸ Camões, L. V., in *Lusíadas*, Canto I

formar cidadãos capazes de inovar, empreender e liderar o futuro. Só assim podemos ambicionar um Portugal novo.

A ciência e a inovação são os motores que impulsionam o desenvolvimento económico e social. Portugal deve ambicionar um investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) que se aproxime dos 3% do PIB, alinhando-se com os padrões europeus. A excelência científica deve ser o objetivo primordial, capaz de gerar conhecimento que não só contribui para a nossa economia, como também melhora a qualidade de vida dos portugueses. Para isso, é essencial reforçar as sinergias entre o ensino superior, a investigação e a inovação, promovendo uma colaboração estreita entre as universidades, os centros de investigação e as empresas, seguindo os melhores exemplos de parcerias e projetos colaborativos que têm sido desenvolvidos, cá dentro e lá fora.

A cultura, elemento definidor da nossa identidade coletiva, não pode continuar a ser o parente pobre das políticas públicas. É urgente um compromisso nacional que promova a descentralização cultural, o aumento do financiamento e a democratização do acesso às artes e ao património. A internacionalização da produção cultural portuguesa deve ser uma prioridade, aproveitando o imenso potencial da língua portuguesa e da nossa herança cultural para projetar Portugal e os artistas portugueses no mundo.

Neste contexto, o empreendedorismo e a criatividade devem ser estimulados desde a escola, passando pela academia e chegando ao tecido empresarial. Por um lado, Portugal precisa de uma economia que valorize a inovação e que integre plenamente os jovens no mercado de trabalho. Por outro lado, Portugal tem de dar condições para que todos os tipos de talento – desportivos, artísticos, matemáticos, literários – possam desenvolver-se e potenciar-se ao máximo. O país de Cristiano Ronaldo, de Grão Vasco, de Pedro Nunes e de Fernando Pessoa não pode obrigar os melhores a saírem se quiserem pôr os seus talentos a render. Há que travar a fuga de talentos e garantir que o capital humano é aproveitado ao máximo. Este é o caminho para reforçar o nosso tecido produtivo, aumentar a nossa competitividade nas cadeias de valor globais, fomentar uma cultura rica construir uma sociedade civil vibrante.

Finalmente, a coesão social e territorial não pode ser uma promessa vazia. Devemos assegurar que todos os portugueses, independentemente de onde vivem, têm acesso às mesmas oportunidades. A inovação e a competitividade só serão reais se forem inclusivas, abrangendo todo o território nacional e todos os cidadãos. A aposta em políticas que promovam a igualdade de oportunidades, o acesso universal à educação de qualidade e a valorização do trabalho são as chaves para um Portugal mais rico e justo. É fundamental valorizar o nosso património, e não podemos deixar que tanta riqueza arquitetónica, paisagística, tanta arte e tradições locais sejam deixadas ao abandono ou

sejam empurradas para o esquecimento pela desertificação do interior. Queremos que os jovens possam escolher o interior para construir os seus projetos de vida, mas, para isso, está do nosso lado fazer com que essa parte do território assegure tantas ou melhores oportunidades às novas gerações como os grandes centros urbanos do litoral.

Portugal tem todas as condições para ser uma nação de vanguarda, mas, para isso, é necessário que os líderes tenham rasgo, ousadia e uma visão reformista. Este é o momento de agir, de transformar a nossa economia, a nossa cultura, a nossa sociedade, para que possam prosperar num mundo em rápida transformação. Juntos, podemos construir um país em que a riqueza, a inovação e a competitividade não são apenas vagos objetivos, mas realidades concretas. Juntos, podemos fazer de Portugal um país vibrante, que acolhe e potencia as novas gerações, ao mesmo tempo que acolhe e envolve todos num projeto partilhado de futuro.

3. Um País mais aberto e global, que defende o projeto europeu, o atlantismo e o multilateralismo, que aprofunda as relações com os países de língua portuguesa e com as comunidades portuguesas no estrangeiro, que dinamiza a cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária e que contribui para a paz e a segurança internacionais

“Onde a terra se acaba e o mar começa⁹”

A nossa posição atlântica, tanto face ao Atlântico Norte como ao Atlântico Sul, coloca-nos numa circunstância geoestratégica única, que deve ser aproveitada ao máximo. Portugal deve estreitar os laços com os seus aliados tradicionais, como o Reino Unido, os Estados Unidos e o Canadá, enquanto desenvolve novas parcerias com países da África e da América Latina, com particular ênfase para os países de língua portuguesa. Esta rede de relações atlânticas deve continuar a ser um pilar central da nossa política externa, que é consensual no plano interno e que, no plano externo, permite que o nos-

■ ⁹ Camões, L. V., in *Lusíadas*, Canto III

so país se coloque como interlocutor de referência na construção da paz, na circulação de pessoas e mercadorias e no diálogo multilateral.

A Lusofonia, como dimensão distintiva da nossa identidade, deve ser promovida, não apenas como uma comunidade linguística e cultural, mas como um espaço de cooperação económica, de solidariedade política e de desenvolvimento conjunto. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o veículo natural para fortalecer estas relações, promovendo a diplomacia cultural e a cooperação para o desenvolvimento como ferramentas essenciais para a construção de um futuro comum.

Num mundo em constante mudança, é imperativo que Portugal diversifique as suas relações internacionais, acompanhando de perto as dinâmicas da economia global e os riscos geopolíticos. A Ásia e o Pacífico, com a China e a Índia à cabeça, são regiões de importância crescente que devem merecer a nossa atenção estratégica. Beneficiamos, para tal, do prestígio e das ferramentas diplomáticas que os nossos antepassados, em séculos passados, souberam construir. Havemos de saber, também nós, pôr a uso esses recursos, em prol do interesse estratégico do país. Empenhar-nos em lograr a adoção da língua portuguesa como uma língua oficial da ONU até 2030, fortalecendo assim o nosso impacto cultural e político a nível global.

A nossa diplomacia deve ser ágil, proativa e orientada para a defesa dos interesses nacionais, mas também comprometida com a promoção da paz e da segurança internacionais. A candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-2028 é uma oportunidade para demonstrar o nosso compromisso com os valores do humanismo, da democracia e dos direitos humanos. Além disso, devemos continuar a apoiar a Ucrânia na sua luta pela soberania, enquanto defendemos soluções de paz justas e duradouras para os conflitos globais, como o do Médio Oriente.

Por fim, a nossa política externa deve ser aberta e orientada para a diáspora portuguesa. As comunidades portuguesas no estrangeiro são uma extensão vital da nossa identidade nacional e devem ser apoiadas através de políticas que promovam a sua participação política, a educação em língua portuguesa e o desenvolvimento económico. A criação de uma rede global de apoio e a promoção de programas de retorno para os nossos emigrantes são passos fundamentais para fortalecer os laços entre Portugal e a sua diáspora.

Este é o caminho para um Portugal mais aberto e global, um país que não apenas participa, mas lidera nas grandes questões internacionais, que defende o multilateralismo, que aprofunda os seus laços históricos e culturais, e que contribui ativamente para defender o seu lugar de destaque num mundo melhor.

4. Um País mais verde e sustentável, que assume o compromisso de cumprir o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, que se identifica com a estratégia ambiental e climática da União Europeia, que promove e a transição para uma economia circular e descarbonizada, que preserva os seus recursos naturais e que aposta decisivamente na mobilidade e na eficiência energética

“Campo que te estendes / com verdura bela¹⁰”

Portugal está num momento decisivo da sua História, em que a ambição e a inovação devem ser os motores de uma transformação verde que coloque o país na vanguarda da sustentabilidade. Num contexto global em que as alterações climáticas se impõem como um desafio premente, Portugal deve assumir-se como líder e exemplo na implementação de políticas ambientais, cumprindo não só o Acordo de Paris, alinhando-se não só firmemente com a estratégia ambiental e climática da União Europeia, mas construindo uma estratégia ambiental própria e com concretizações locais. Este é o único caminho para um país mais verde, mais sustentável e mais preparado para os desafios do futuro.

A sustentabilidade não pode ser apenas uma palavra de ordem; tem de ser uma ação concreta, enraizada nas comunidades locais, por políticos e cidadãos que amem as suas terras, com a sua biodiversidade e as suas riquezas naturais próprias. Portugal deve comprometer-se com uma transição para uma economia circular e descarbonizada, onde os recursos naturais são geridos de forma responsável e onde o desperdício é transformado em valor. A nossa aposta na mobilidade sustentável e na eficiência energética deve ser clara e decidida, com políticas que incentivem o uso de energias renováveis, a redução de emissões e a criação de infraestruturas que promovam um transporte mais limpo e eficiente. No entanto, não basta desejar; é necessário agir com determinação. O país precisa de uma revolução verde que toque todas as áreas,

■ ¹⁰ Camões, L. V., in *Verdes são os campos* (Redondilha)

desde a gestão da água, um recurso cada vez mais estratégico, até à proteção do litoral e à conservação da biodiversidade. A eficiência hídrica, por exemplo, não pode continuar a ser uma meta distante. Com quase 30% das redes de abastecimento a perder água, é imperativo que Portugal invista na modernização das infraestruturas, promovendo a digitalização do ciclo da água e garantindo uma gestão sustentável que responda aos desafios da escassez e da seca, especialmente em regiões vulneráveis como o Algarve e o Alentejo.

A gestão dos resíduos é outra área crítica onde Portugal deve assumir um papel de liderança. A produção de resíduos urbanos continua a aumentar, refletindo um insucesso na prevenção e na redução. É urgente implementar uma economia circular que reduza a geração de resíduos, prolongue o ciclo de vida dos produtos e reintroduza os resíduos nas cadeias de valor, quer como matéria-prima, quer como energia. A recolha seletiva de biorresíduos, que representam 40% dos resíduos urbanos, deve ser uma prioridade operacional em todo o território nacional, invertendo o ciclo de incumprimento das metas europeias e nacionais.

A proteção do nosso litoral, cada vez mais ameaçado pela erosão e pela subida do nível do mar, exige uma mudança de paradigma. As intervenções no litoral devem focar-se na gestão da dinâmica sedimentar, no recuo planeado e no restauro ecológico, garantindo que as políticas de proteção costeira sejam sustentáveis a longo prazo e que preservem os ecossistemas costeiros e a segurança das populações.

A conservação da natureza e da biodiversidade deve ser uma prioridade efetiva e não meramente simbólica. Portugal possui uma riqueza natural incomparável, mas a sua proteção requer recursos, planeamento e uma gestão eficiente das áreas protegidas. A perda de biodiversidade é um problema grave, e as áreas protegidas precisam de instrumentos de planeamento atualizados, de financiamento adequado e de autonomia de gestão suficiente para garantir a sua preservação e a compatibilidade com outras atividades.

Nada disto se fará, naturalmente, sem a colaboração e o envolvimento direto dos agricultores, dos pescadores, dos silvicultores e de todas as comunidades rurais e piscatórias. As pessoas e as atividades económicas não podem ser vistas como um entrave à preservação ecológica, mas sim como agentes fundamentais na luta pelo ambiente e como os primeiros interessados na conservação da paisagem, da biodiversidade e dos ecossistemas. Sem paternalismos, sem radicalismos, mas também sem tibiezas, saberemos vencer o desafio ambiental.

A transição energética é, sem dúvida, o pilar central desta transformação. Ainda que devamos priorizar e centrarmo-nos no combate à pobreza energética que ainda se faz sentir em muitas partes no nosso território, devemos também ser ambiciosos nos objetivos de descarbonização, promovendo ener-

gias renováveis e garantindo uma maior eficiência energética. A revisão do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) deve estabelecer um novo referencial político que assegure a concretização célere de projetos no domínio das energias renováveis, sempre com a premissa de sustentabilidade e competitividade.

Finalmente, o compromisso com uma governação ambiental transparente e eficaz é indispensável. A modernização dos processos de licenciamento ambiental, a promoção de compras públicas ecológicas e a adoção de uma fiscalidade verde são ferramentas essenciais para assegurar que Portugal avança com passos firmes rumo a um futuro mais verde e sustentável.

Esta é a visão de um Portugal que não só acompanha as mudanças globais, mas que se posiciona à frente delas, construindo um país em que o desenvolvimento económico, o progresso social e a preservação ambiental andam de mãos dadas e são lideradas localmente, pelos agentes de cada comunidade. Este é o Portugal que queremos, o Portugal que merecemos e o Portugal que temos a obrigação de construir.

5. Um País mais democrático, aberto e transparente, que assegura o funcionamento regular das instituições, que garante o cumprimento da Constituição e da lei, que fortalece o Estado de direito e o combate à corrupção, que promove a ética e a responsabilidade na vida pública e que incentiva o escrutínio dos cidadãos e que pretende modos mais eficazes de participação cívica

“Por alcançar a luz que vence o dia.”¹¹

Sabemos bem que a democracia é desafiante e com custos. As instituições políticas sólidas, capazes de representar a vontade popular e de guardar um salutar respeito pelas minorias; os direitos cívicos, preservados e garantidos a todos os cidadãos; a liberdade de expressão e de imprensa, de ensino e de religião, de participação política e de decisão económica –

■ ¹¹ Camões, L. V., in *O fogo que na branda cera ardia* (Soneto)

nada disto é de graça. Muitas pessoas arriscaram muito, arriscaram mesmo quase tudo, para que nós tivéssemos alguma coisa. Muitas gerações emprestaram o seu saber e o seu trabalho à obra coletiva da República, ao aperfeiçoamento das suas leis e instituições, à preservação da convivência cívica e das liberdades políticas.

Esta luta, que ontem foi de outros, é hoje nossa. As instituições sofrem com o desinteresse e a abstenção cívica. Sente-se pairar a ameaça do descrédito, da desistência, de promessas de rutura, às vezes aderindo a manifestações demagógicas e antissistema. A corrupção – ou a mera percepção de que ela existe – mina a credibilidade da política e cava um fosso fundo entre os cidadãos e o Estado. Não podemos continuar a permitir que opacidades e vícios corroam as fundações da nossa vida política e fragilizem o contrato social.

A nossa democracia deve ser um exemplo de abertura e de transparência, com instituições que funcionem com rigor e eficiência e garantam sempre o cumprimento da Constituição e da lei. Portugal precisa de um novo paradigma, um salto qualitativo que coloque o país na vanguarda das nações mais avançadas do mundo. O combate à corrupção é, mais ainda do que uma questão de ética, um assunto imprescindível para a sobrevivência democrática. A corrupção prejudica a economia e é uma injustiça, mas a ignorância da corrupção, a relativização da corrupção, a banalização da corrupção é um escândalo que corrói a própria essência da democracia.

Por isso, o combate à corrupção tem de ser uma prioridade. Não podemos deixar para os extremos o monopólio deste assunto. Se os moderados não se mobilizarem contra a corrupção, é natural que as pessoas se revoltam com os moderados. É preciso agir: criminalizar de forma clara e contundente o enriquecimento ilícito, e reformar profundamente os mecanismos institucionais e processuais que hoje se revelam ineficazes na luta contra este flagelo.

Na luta contra a corrupção, não podemos ser tímidos. As sanções devem ser severas e exemplares, de modo a dissuadir qualquer tentativa de corromper o sistema. Devemos agravar as penas para aqueles que abusam do poder público para ganho pessoal e alargar as regras de impedimentos e incompatibilidades, de forma a que ninguém possa sair impune depois de ter traído a confiança que lhe foi depositada. Precisamos de um sistema que não só previna a corrupção, mas que a reprima com toda a força da lei, sem concessões ou exceções. Precisamos também de garantir julgamentos céleres e justos feitos pelos tribunais, ao invés de processos intermináveis aos quais ninguém dá resposta e que, para mais, acabam derramados nas parangonas da imprensa, sem respeito pelo segredo de justiça, sem presunção de inocência, sem consideração pela dignidade das instituições, deixando pairar na opinião pública a impressão de uma suspeita generalizada e de uma impunidade absoluta. Tudo isto vexa os cidadãos, degrada o sistema e afasta da política os melhores. É preciso reforma.

Vamos ainda, por outro lado, regulamentar o lobbying com elevada exigência e escrutínio, criando um Registo de Transparência obrigatório e de acesso público, onde todos os representantes de interesses legítimos sejam identificados e onde cada interação com decisores públicos seja registada e escrutinada. O tempo dos favores nas sombras tem de acabar. A política deve ser feita às claras, com regras bem definidas e com uma total rastreabilidade de todos os atos administrativos. Só assim poderemos garantir que as decisões públicas são tomadas em prol do bem comum, e não ao serviço de interesses obscuros.

No que toca às autarquias, é urgente rever o modelo de governação municipal, garantindo que a participação democrática dos cidadãos não é apenas uma promessa vazia, mas uma realidade concreta e vibrante.

Mas esta reforma não pode parar por aqui. Devemos abrir um debate nacional sobre a redução da idade legal para o exercício do direito de voto para os 16 anos. Os jovens de hoje são os líderes de amanhã, e é imperativo que comecem a exercer a sua cidadania plena o quanto antes. E para aqueles que já se encontram no estrangeiro, é fundamental garantir que o seu voto conta tanto como o de qualquer outro português. A introdução do voto por correspondência nas eleições presidenciais e europeias para os eleitores das comunidades portuguesas é uma medida que se impõe para combater a abstenção e assegurar que todos os portugueses, independentemente de onde se encontrem, têm uma voz ativa no futuro do país.

A Justiça deve ser célere, eficiente e acessível. Os processos judiciais não podem arrastar-se por anos, deixando as vítimas sem respostas e os culpados sem punição. É necessário reformar profundamente o sistema judicial, tornando-o mais ágil e menos burocrático. As custas judiciais devem ser claras e justas, ajustadas à realidade dos cidadãos, para que o acesso à justiça não seja um privilégio, mas um direito universal.

Portugal também precisa de um sistema político mais transparente e responsável. A revisão da Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais é essencial para garantir que a política se faz de forma limpa, sem subterfúgios nem manobras financeiras obscuras. O Parlamento deve ser fortalecido, as regras de escrutínio do executivo estabilizadas e a governação municipal reformulada para refletir uma verdadeira democracia participativa, onde a voz dos cidadãos é ouvida e respeitada.

A comunicação social, pilar essencial de qualquer democracia, deve ser, mais autónoma e mais livre, não estando condicionada, nem por interesses privados, nem por interesses públicos. A crise que atravessa este setor não pode ser ignorada, pois dele dependem a pluralidade, a liberdade de expressão e o acesso à informação. A educação deve ser promovida desde cedo, para formar cidadãos livres, que possam discernir e pensar pela própria cabeça, sem

amarras a modas intelectuais, sabendo, com liberdade de pensamento e expressão, discernir entre o que é verdadeiro e o que é manipulação.

Não podemos, porém, delinear uma verdadeira estratégia de educação mediática sem tomar em consideração o lugar do mundo digital e das redes sociais, realidades hoje omnipresentes na vida das crianças e dos jovens. Também nestes âmbitos é preciso cuidar dos mais novos, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para que façam um bom uso destes recursos, aproveitando o que neles é bom, e protegendo-se do que é perigoso. É fundamental aumentar a literacia digital das novas gerações, mas também dos pais, que são os primeiros responsáveis pela educação dos filhos. À semelhança do que se tem feito noutros países europeus, estudaremos o impacto dos telemóveis e das novas tecnologias na infância, e tomaremos as medidas adequadas para repensar o seu uso nas escolas. Atenderemos também à gritante facilidade com que uma criança consegue aceder – e, frequentemente, é levada a aceder por estímulos publicitários e algorítmicos desadequados – a conteúdos pornográficos ou de violência extrema. Em diversos países, vão-se demonstrando os efeitos profundamente nefastos deste acesso precoce: o modo como ele impressiona e afeta a estabilidade emocional das crianças; a maneira como condiciona e perverte as expectativas e a natureza das relações; o impacto negativo que tem sobre a igualdade de género e a violência no namoro. Sem radicalismos, mas com convicção, enfrentaremos estes desafios.

Este é o momento de Portugal se afirmar como um país que não tolera desvios à ética e à transparência, um país que valoriza a responsabilidade política, que promove uma cultura de integridade em todas as esferas da vida pública e que não deixa condicionar o pluralismo e a liberdade de pensamento e de expressão. Precisamos de uma nova geração de políticas que não se limitem a gerir o presente, mas que construam o futuro com base em princípios inabaláveis de justiça, equidade, respeito, liberdade e responsabilidade.

Temos uma ideia de país. Um país em que a democracia seja vivida e sentida em cada decisão, em cada ato, em cada palavra. Um país em que o Estado de direito não seja apenas um conceito jurídico, mas uma realidade palpável que garante a todos os cidadãos a segurança de que vivem numa sociedade justa, livre e solidária. Um país em que a decisão política não nasça do cruzamento entre as reivindicações de diferentes clientelas, mas de uma reflexão alargada, estruturada e partilhada acerca do bem comum. Um país em que cada pessoa, independentemente de quem seja, de onde viva, do seu apelido ou da sua idade, seja respeitada na sua dignidade inviolável e absoluta, e possa subir na vida pelo seu esforço e engenho. Um país em que o equilíbrio entre as instituições permita defender as liberdades cívicas e dar espaço à sociedade civil para se afirmar. Um país em que ninguém fique para trás e em que todos fazem parte. Um país que honra o seu passado e que lega aos vindouros uma circunstância melhor.

É hora de agir com audácia, com ambição e com a convicção de que podemos e devemos ser melhores. Que cada português sinta orgulho no seu país, confiança nas suas instituições, e liberdade para pensar, sabendo que o futuro que construirmos hoje será o legado de uma nação verdadeiramente democrática, transparente e plural.



PSD

4.

PSD

Acreditamos na Democracia representativa, defendemos a meritocracia e rejeitamos toda a espécie de populismos. Os partidos políticos são indispensáveis à democracia representativa e a força e a afirmação dos partidos moderados é a melhor garantia contra o radicalismo de esquerda e de direita e contra o oportunismo dos populismos. É justamente por isso que a experiência governativa de transformação de Portugal tem que ser acompanhada pela contínua renovação e modernização do PSD enquanto estrutura de intervenção política e cívica. Nestes tempos desafiantes para as democracias, o PSD não pode nem vai faltar à chamada.

Nos últimos anos, o PSD tem vindo a reganhar a confiança marcante dos portugueses. Aos executivos de centenas de municípios e freguesias, entre elas a capital Lisboa, ao governo do Região Autónoma da Madeira (com vitórias eleitorais sucessivas), a uma vitória que não lográvamos há vários anos para o Governo Regional dos Açores, oito anos depois o PSD (na Aliança Democrática) alcançou o Governo de Portugal: pelas pessoas.

Para lá do determinante projeto político apresentado aos Portugueses, a proximidade e a organização interna foi determinante:

A relação estreita com a JSD, os ASD e os TSD;

- Os momentos partidários de grande mobilização como o regresso da festa do Pontal ao “calçadão de Quarteira” ou as grandes convenções (com a participação de personalidades independentes e quadros de excelência do partido);
- A presença constante dos membros da Comissão Política Nacional em todo o território nacional;
- E, sobretudo, a execução do programa Sentir Portugal, que levou o Presidente do PSD e atual Primeiro-Ministro aos 308 concelhos do País, num inédito contacto com toda a realidade da sociedade portuguesa.

Internamente, a valorização das condições de trabalho dos nossos colaboradores, a renovação de várias sedes distritais e concelhias (Porto, Vila Pouca de Aguiar, Amadora ou Ferreira do Zêzere...) ou a aquisição de novas sedes reforçando a implantação local (Sintra, Évora, Torres Novas...) foram também fatores determinantes para a mobilização do PSD.

Iniciámos a digitalização e a desmaterialização de todo o nosso legado histórico, o que vai permitir a consulta rápida na nova mediateca e, em simultâneo, apostámos decisivamente nas novas formas de comunicação, com particular enfoque nas redes sociais. O recurso à digitalização visa também a facilitação da organização de novas redes de par-

ticipação política e, em especial, de redes com os portugueses espalhados pelo mundo. Visa ainda a concretização das redes de núcleos temáticos, em que os militantes se organizam e mobilizam em torno de “interesses comuns”, fora da lógica puramente demográfica. A intensificação da presença do PSD nas redes sociais e do recurso à comunicação através dessas redes contribuirá igualmente para “modernizar” as vias e os modos de participação e uma atenção privilegiada às gerações mais jovens (que se desligaram já dos meios tradicionais).

Mas não ficaremos por aqui:

No ano em que se comemora o 50º aniversário do PSD, renovaremos a nossa sede nacional transformando-o num espaço aberto, funcional, interativo e capaz de preservar a história. Um espaço que queremos aberto a militantes e simpatizantes.

Continuaremos a simplificar os regulamentos e a fomentar a participação. Começámos por facilitar a participação interna com a alteração de vários regulamentos. E assumimos e cumprimos: fizemos um processo amplamente participado de revisão estatutária que agora finalizaremos no próximo congresso nacional dotando o PSD de estatutos modernos, com flexibilidade para responder aos repto dos novos contextos sociais.

Implementaremos decisivamente a academia de formação do PSD num trabalho estreito com o Instituto Sá Carneiro e o CEN que devemos continuar a valorizar, designadamente na preparação das eleições autárquicas. Em múltiplos aspetos da elaboração dos programas autárquicos, o CEN poderá interagir com as estruturas locais e distritais, disponibilizando conhecimento e fomentado a partilha de experiências de sucesso.

Os anos de 2024 e 2025 serão anos marcantes na história do PSD. Celebraremos condignamente o nosso 50º aniversário. Para lá de um conjunto de iniciativas que ocorrerão em todo o território nacional, celebraremos o fecho das comemorações com um evento especial em que assinalaremos a grandeza, a dimensão, a história e o futuro do PSD.

50 anos
PSD



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Candidatura a Presidente da Comissão Política Nacional

No dia 26 de Agosto de 2024, o Conselho de Jurisdição Nacional, na pessoa do seu Presidente, recebeu, na Sede Nacional, a candidatura a Presidente da Comissão Política Nacional do militante n.º 27097, Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves.

Verificado o processo de candidatura entregue, o Conselho de Jurisdição Nacional confirmou que o mesmo integrava:

1. O termo de aceitação do candidato;
2. O termo de aceitação do mandatário financeiro;
3. Uma proposta de estratégia global;
4. Um orçamento de campanha;
5. Mais de 1500 subscrições de militantes com capacidade eleitoral.

Assim, encontrando-se preenchidos os requisitos estatutários e regulamentares exigidos, o Conselho de Jurisdição Nacional, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos e no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do 42.º Congresso Nacional, confirma a aceitação da candidatura do militante n.º 27097, Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves.

Publique-se no *Povo Livre*, acompanhado da Proposta de Estratégia Global do Candidato, nos termos do n.º 7 do artigo 2.º do Regulamento do 42.º Congresso Nacional.

Lisboa, 26 de Agosto de 2024.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

(José de Matos Correia)